

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL, DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL.

RDC ELETRÔNICO Nº 004/2022 - CBMPA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/1302316

OBJETO: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO BLOCO OPERACIONAL E ACOMODAÇÕES DO COMANDO GERAL.

A Empresa **CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA.-EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 18.409.353/0001-05 sediada na Av. Manoel Barata, 637 CEP 68.180-020, Boa Esperança, Itaituba/Pará, devidamente qualificada nos autos do procedimento licitatório em epígrafe, apresenta:

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Interposto **por CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME**, inscrita no CNPJ 19.661.427/0001-69, o que faz pelas razões que passa a expor;

"Trata-se de Regime Diferenciado de Contratação - RDC promovido por este órgão, com o objetivo de escolher a proposta mais vantajosa para a administração pública. A presente razão é interposta em razão da recorrente não se conformar com a dita decisão da Comissão de Licitação que entendeu por classificar a proposta comercial da licitante recorrida, a medida que a mesma claramente descumpriu itens editalícios, mandatários neste processo licitatório, como demonstraremos a seguir: 1) Percentual de Desconto apresentado pela empresa: Ora vejam, como exemplo poderemos citar o item 1.4 (Encarregado Geral de Obras com Encargos Complementares).

Para este item a Contratante apresentou inicialmente o valor de R\$ 3.234,54. Com base no exposto, apresentaremos a seguir a memória de cálculo para composição de preço unitário deste item, conforme Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2022 de Cargos e Salários Mínimos praticados no Estado do Pará, Registrada no Ministério do Trabalho em 10/09/2021 sob o nº PA000617/2021, vigente até dia 31/07/2022, podendo a sua autenticidade ser conferida no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador>"

"

DA DEFESA

Inicialmente, é imperioso destacar que A **CONSTRUMAZ CONSTRUTORA** é uma empresa especializada na prestação de serviços na área da construção civil, consolidada no mercado e de atividade idônea. E que sob esta não pesa qualquer julgamento antecipado quanto a sua participação neste certame.

Quanto as alegações da empresa recorrente que a CONSTRUMAZ "descumprira item 9.3.4.3 a qual alega descumprimento editalício pela não aplicação do desconto linear no item 1.4 encarregado geral", não tem como prevalecer ao item questionado no recurso. Uma vez que o mesmo trata-se de um valor, que obedece ao estabelecido na convenção trabalhista vigente e nas conformidades da lei, já exposto no próprio recurso da recorrente. Valores estes que **não descumprimos**, por isso não deve prevalecer as alegações da recorrente.

Para melhor esclarecermos, conforme se evidencia na proposta de preços desta Contrarrazoante no item 1.4 e sua composição dos custos unitários, o valor do mês proposto pela CONSTRUMAZ, para o vencimento de encarregado geral está R\$ 1.901,73 (hum mil novecentos e um reais e setenta e três centavos), portanto, está conforme o estabelecido na convenção coletiva do trabalho 2021/2022 de cargos e salários mínimos praticados no estado do Pará, não podendo ser aplicado neste valor o desconto aplicado nos demais itens, pois estaríamos em desacordo com a lei.

Salientamos ainda, que os descontos aplicados em todos os itens de nossa proposta orçamentária, inclusive o item acima citado são praticados composição por composição para não descumprir o estabelecido em lei.

É importante mencionar, que a contratação de que trata o presente procedimento licitatório, é para a entrega "de produto", e não para o fornecimento de mão de obra. Assim, cabe a cada participante do certame a definição dos meios que serão utilizados para o alcance e a consecução do objeto a ser executado. Uma vez que o processo em referencia não está contratando mão de obra **2**com

dedicação exclusiva, mas sim serviços que devem ser entregue na forma de produto.

Por esta simples razão, não há forma legal do recurso impetrado pela empresa recorrente, o que afrontaria o princípio da vinculação e a economicidade resguardada na lei e no subitem 9.3.4 do edital. Fato este, que se baseou a administração pública quando Habilitou e reconheceu nossa proposta como a mais vantajosa neste certame.

Desta maneira, fica evidente que o percentual de desconto apresentado por nossa empresa, é totalmente exequível e está dentro da média do mercado praticado por todas as empresas.

Quanto a isso, o entendimento de nossos tribunais é no sentido de que, para excepcional desclassificação de uma proposta, deverá ser comprovado que os preços constantes da proposta são simbólicos irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado. O qual não é o caso de nossa proposta.

Ressaltamos o entendimento esposado pelo Tribunal de Contas da União.

32. Para isso era necessário apresentação de cálculos evidenciando de forma objetiva que o preço era inexecuível e uma análise quanto a impossibilidade de o licitante executar aquilo que ofertou, pois a questão fundamental nas reside no valor da proposta em si, mas na capacidade de o licitante realizar o que ofertou.

ACÓRDÃO Nº 1092/2013 TCU -PLENÁRIO.

(grifos e destaques acrescidos)

O que resta por devidamente comprovado, que nossa empresa tem capacidade de arcar com suas obrigações sendo que esta não traz qualquer prejuízo para o órgão contratante.

DO PEDIDO

Ante o exposto, requer que seja **COMPLETAMENTE INDEFERIDO**

o **RECURSO IMPETRADO** por **CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME**, em função da inaplicabilidade de suas parcas alegações, bem como sejam aceitas as argumentações aqui demonstradas para que seja mantida a decisão que declarou a **CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA.-EPP**, vencedora do certame, dando prosseguimento as demais fases de adjudicação e posterior homologação do objeto licitado.

Ratificamos que somos cientes de nossas obrigações e nos responsabilizamos por todos os atos e valores de nossa proposta apresentada.

Nestes Termos,
Pedimos bom Senso, Legalidade e Deferimento.

Itaituba (PA), 07 de junho de 2022



CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA.-EPP

CNPJ 18.409.353/0001-05

MARCELLO PINTO BEZERRA

CPF Nº 399.496.802-04

PROCURADOR ATO Nº122

exposto, apresentaremos a seguir a memória de cálculo para composição de preço unitário deste item, conforme Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2022 de Cargos e Salários Mínimos praticados no Estado do Pará, Registrada no Ministério do Trabalho em 10/09/2021 sob o nº PA000617/2021, vigente até dia 31/07/2022, podendo a sua autenticidade ser conferida no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>. O documento citado, mostra que o piso salarial da Categoria, para Nível I (Encarregado de Obras) é de R\$ 1.901,73. Valor Mensal: R\$ 1.901,73, ao incidirmos os encargos sociais de MENSALISTA sobre a mão de obra, como por exemplo: 43,00%, teremos um total de encargos de: R\$ 817,74. Ao efetuarmos a soma, logo obteremos o valor de: R\$ 1.901,73 (Mão de obra mensal) + R\$ 817,74 (Encargos sociais de mensalista) = R\$ 2.719,47. Guardaremos este valor. Ao lermos atentamente as cláusulas/itens editalícios, mandatário deste processo licitatório, deveremos atentar ao item 9.0 e subitem 9.3.4.3, que diz: "(...) O critério de julgamento por maior desconto utilizará como referência o preço global fixado no instrumento convocatório, sendo o desconto estendido aos eventuais termos aditivos. O percentual de desconto apresentado pelos licitantes incidirá linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do instrumento convocatório, nos termos do caput do Art. 29 e de seu Parágrafo único, previstos no decreto Estadual nº 1974/2018(...)" Grifamos e Negritamos Ora Douto Presidente, como podemos observar, o descrito no subitem citado é que o desconto proposto pelos licitantes do certame em epigrafe, deverá incidir, "LINEARMENTE SOBRE TODOS OS ITENS DO ORÇAMENTO". Logo para o item 1.4 (Encarregado Geral de Obras com Encargos Complementares), que tem valor inicial de R\$ 3.234,54, ao aplicarmos o desconto proposto pela licitante reclamada de 39,00%, o valor a ser apresentado seria o seguinte: Valor: R\$ 3.234,54 – 39% = R\$ 1.973,07, logo, abaixo do valor estipulado pela Convenção Coletiva de Trabalho, que é de R\$ 2.719,47, como vimos na demonstração realizada acima, sem a inclusão dos encargos complementares. Como demonstrado o licitante com a proposta melhor colocada neste certame, descumpe itens editalícios, devendo o mesmo ser desclassificado, neste processo. III – DO PEDIDO: Diante do exposto, a CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, pede o deferimento do presente recurso, pois julgamos que há indícios suficientes para a inabilitação da empresa reclamada para o processo licitatório em questão. Desde já agradecemos a atenção e compreensão. Belém (PA), 01 de junho de 2022. _____ CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – ME CNPJ: 19.661.427/0001-69 Eder Paulo Santos Alves CPF: 518.402.432-87 RG: 15841 D CREA/PA Sócio Administrador

Contrarrazão

18.409.353/0001-05 - CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA

Data/Hora: 07/06/2022 15:31

Motivo da Contrarrazão/Justificativa da Desistência: ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL, DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL. RDC ELETRÔNICO Nº 004/2022 – CBMPA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/1302316 OBJETO: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO BLOCO OPERACIONAL E ACOMODAÇÕES DO COMANDO GERAL. A Empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA.-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 18.409.353/0001-05 sediada na Av. Manoel Barata, 637 CEP 68.180-020, Boa Esperança, Itaituba/Pará, devidamente qualificada nos autos do procedimento licitatório em epígrafe, apresenta: CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO Interposto por CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ 19.661.427/0001-69, o que faz pelas razões que passa a expor; "Trata-se de Regime Diferenciado de Contratação - RDC promovido por este órgão, com o objetivo de escolher a proposta mais vantajosa para a administração pública. A presente razão é interposta em razão da recorrente não se conformar com a doughta decisão da Comissão de Licitação que entendeu por classificar a proposta comercial da licitante recorrida, a medida que a mesma claramente descumpriu itens editalícios, mandatários neste processo licitatório, como demonstraremos a seguir: 1) Percentual de Desconto apresentado pela empresa: Ora vejam, como exemplo poderemos citar o item 1.4 (Encarregado Geral de Obras com Encargos Complementares). Para este item a Contratante apresentou inicialmente o valor de R\$ 3.234,54. Com base no exposto, apresentaremos a seguir a memória de cálculo para composição de preço unitário deste item, conforme Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2022 de Cargos e Salários Mínimos praticados no Estado do Pará, Registrada no Ministério do Trabalho em 10/09/2021 sob o nº PA000617/2021, vigente até dia 31/07/2022, podendo a sua autenticidade ser conferida no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>... " DA DEFESA Inicialmente, é imperioso destacar que A CONSTRUMAZ CONSTRUTORA é uma empresa especializada na prestação de serviços na área da construção civil, consolidada no mercado e de atividade idônea. E que sob esta não pesa qualquer julgamento antecipado quanto a sua participação neste certame. Quanto as alegações da empresa recorrente que a CONSTRUMAZ "descumprira item 9.3.4.3 a qual alega descumprimento editalício pela não aplicação do desconto linear no item 1.4 encarregado geral", não tem como prevalecer ao item questionado no recurso. Uma vez que o mesmo trata-se de um valor, que obedece ao estabelecido na convenção trabalhista vigente e nas conformidades da lei, exposto no próprio

recurso da recorrente. Valores estes que não descumprimos, por isso não deve prevalecer as alegações da recorrente. Para melhor esclarecermos, conforme se evidencia na proposta de preços desta Contrarrazoante no item 1.4 e sua composição dos custos unitários, o valor do mês proposto pela CONSTRUMAZ, para o vencimento de encarregado geral está R\$ 1.901,73 (hum mil novecentos e um reais e setenta e tres centavos), portanto, está conforme o estabelecido na convenção coletiva do trabalho 2021/2022 de cargos e salários mínimos praticados no estado do Pará, não podendo ser aplicado neste valor o desconto aplicado nos demais itens, pois estaríamos em desacordo com a lei. Salientamos ainda, que os descontos aplicados em todos os itens de nossa proposta orçamentária, inclusive o item acima citado são praticados composição por composição para não descumprir o estabelecido em lei. É importante mencionar, que a contratação de que trata o presente procedimento licitatório, é para a entrega "de produto", e não para o fornecimento de mão de obra. Assim, cabe a cada participante do certame a definição dos meios que serão utilizados para o alcance e a consecução do objeto a ser executado. Uma vez que o processo em referência não está contratando mão de obra com dedicação exclusiva, mas sim serviços que devem ser entregue na forma de produto. Por esta simples razão, não há forma legal do recurso impetrado pela empresa recorrente, o que afrontaria o princípio da vinculação e a economicidade resguardada na lei e no subitem 9.3.4 do edital. Fato este, que se baseou a administração pública quando Habilitou e reconheceu nossa proposta como a mais vantajosa neste certame. Desta maneira, fica evidente que o percentual de desconto apresentado por nossa empresa, é totalmente exequível e está dentro da média do mercado praticado por todas as empresas. Quanto a isso, o entendimento de nossos tribunais é no sentido de que, para excepcional desclassificação de uma proposta, deverá ser comprovado que os preços constantes da proposta são simbólicos irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado. O qual não é o caso de nossa proposta. Ressaltamos o entendimento esposado pelo Tribunal de Contas da União. 32. Para isso era necessário apresentação de cálculos evidenciando de forma objetiva que o preço era inexequível e uma análise quanto a impossibilidade de o licitante executar aquilo que ofertou, pois a questão fundamental nas reside no valor da proposta em si, mas na capacidade de o licitante realizar o que ofertou. ACÓRDÃO Nº 1092/2013 TCU -PLENÁRIO. (grifos e destaques acrescidos) O que resta por devidamente comprovado, que nossa empresa tem capacidade de arcar com suas obrigações sendo que esta não traz qualquer prejuízo para o órgão contratante. DO PEDIDO Ante o exposto, requer que seja COMPLETAMENTE INDEFERIDO o RECURSO IMPETRADO por CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME, em função da inaplicabilidade de suas parcas alegações, bem como sejam aceitas as argumentações aqui demonstradas para que seja mantida a decisão que declarou a CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA.-EPP, vencedora do certame, dando prosseguimento as demais fases de adjudicação e posterior homologação do objeto licitado. Ratificamos que somos cientes de nossas obrigações e nos responsabilizamos por todos os atos e valores de nossa proposta apresentada. Nestes Termos, Pedimos bom Senso, Legalidade e Deferimento. Itaituba (PA), 07 de junho de 2022 CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA.-EPP CNPJ 18.409.353/0001-05 MARCELLO PINTO BEZERRA CPF Nº 399.496.802-04 PROCURADOR ATO Nº122

12.143.487/0001-40 - PHAZ CONSTRUÇOES E INCORPORACOES EIRELI**Intenção de Recurso****Data/Hora:** 26/05/2022 18:03**Julgamento de Proposta:** Declaro que desejo entrar com intenção de recurso na fase de julgamento de proposta**Habilitação de Fornecedor:**

Voltar